



Conselho Federal de Educação Física

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO PARA OS EMPREGADOS DO CONFEF.

A Comissão de Licitação do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF comunica que fará realizar licitação, sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERCENTUAL**, para selecionar propostas de licitação para contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação na forma de cartão eletrônico ou magnético para os empregados do CONFEF, cuja documentação de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser entregue no dia 05 (cinco) de fevereiro de 2015, às 10 horas, na sede do CONFEF, sito à Rua do Ouvidor, 121 – 7º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ. A citada licitação será regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal, legislação específica e pelos termos desta Tomada de Preços.

1. DO OBJETO: O objeto desta TOMADA DE PREÇO é a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale-Alimentação, na forma de cartão eletrônico ou magnético, para os empregados do CONFEF.

2. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERCENTUAL

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: Dia 05/02/2015 às 10h, na Rua do Ouvidor nº 121 – 7º andar – Centro – RJ.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.

5. ESTIMATIVA PREVISTA: Até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) já incluso o valor da emissão dos cartões, bem como, o valor correspondente ao percentual da taxa de administração.

5.1. A emissão do primeiro lote de cartões solicitados deverá ser gratuita.

5.2. VALIDADE DA PROPOSTA: O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da abertura das propostas de preços. Porém, caso haja, expressamente, interesse de ambas as partes, o prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas devidamente cadastradas, que atenderem às exigências constantes deste Edital, e que atenderem as condições da presente Tomada de Preço.

6.2. Os interessados em participar, deverão proceder ao devido cadastro junto ao CONFEF, através da página eletrônica (www.confef.org.br), até o prazo máximo de 03 (três) dias anteriores à data da realização da Sessão Pública.



Conselho Federal de Educação Física

6.3. Não serão admitidas na licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento; as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de Concordata ou Falência, conforme disposto no Decreto nº 3.221/81.

6.4. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

6.5. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, ou componentes do seu quadro técnico seja servidor do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta Edital, em consonância com o disposto no inciso III, do art. 9º, da Lei nº 8666/1993 e suas alterações.

6.6. Não será permitida a participação em consórcio.

6.7. Qualquer manifestação em relação a presente licitação, somente poderá ser formulada pelo representante da Licitante devidamente identificado e habilitado a participar do certame, através de instrumento público ou particular, ou através de cópia do contrato social devidamente autenticada.

6.8. É condição indispensável para participação no referido certame, a obrigatoriedade da licitante possuir pelo menos 02 (dois) Supermercados e/ou Hipermercados nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói. Caso excepcional, no Município de Guapimirim, a licitante deverá possuir obrigatoriamente cadastro junto a pelo menos um dos seguintes estabelecimentos: "Verone" e/ou "MultiMarket" e no Município de Magé, o cadastro junto a pelo menos um dos seguintes estabelecimentos: "Extra" e/ou "Rede Economia".

6.8.1. Ressalta-se que os referidos locais têm por base as residências dos atuais empregados do CONFEF, podendo haver a necessidade de credenciamentos em novas regiões.

7 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. Na data marcada para a realização deste procedimento licitatório, as empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar no local, dia e hora fixados no preâmbulo deste instrumento, os envelopes fechados contendo a DOCUMENTAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS.

7.2. O ENVELOPE "A" – **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverá conter, externamente, os dizeres:

ENVELOPE "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015, 05 (cinco) de fevereiro de 2015, às 10h.

NOME COMPLETO DA LICITANTE (razão social da empresa, endereço e telefone).



Conselho Federal de Educação Física

7.3. O ENVELOPE “B” – **PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter, externamente, os dizeres:

ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇO

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015, 05 (cinco) de fevereiro de 2015, às 10h.

NOME COMPLETO DA LICITANTE (razão social da empresa, endereço e telefone).

8. ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Para habilitação na licitação, as empresas interessadas deverão apresentar documentação relativa a:

8.1. Habilitação jurídica:

8.1.1. Registro comercial, no caso de firma individual.

8.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da Diretoria em exercício.

8.2. Qualificação técnica:

8.2.1. Declaração, sob as penas da lei, de inexistência de fato superveniente ou impeditivo de sua habilitação. (Anexo IV)

8.3. Regularidade fiscal e Qualificação econômico-financeira:

8.3.1. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

8.3.2. Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Estadual, relativa à sede do Licitante;

8.3.3. Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.4. Certidão de regularidade com a Dívida Ativa da União;

8.3.5. Prova de regularidade fiscal junto à Secretaria de Receita Federal;

8.3.6. Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa participante;

8.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.3.8. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço será avaliado por meio de obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das fórmulas:



Conselho Federal de Educação Física

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante} - \text{Ativo Imobilizado} - \text{Despesas antecipadas})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$SG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Despesas Antecipadas})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

8.3.9. O Licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo os direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência (S) maior ou igual a um (≥ 1), conforme fórmula abaixo:

$$S = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

8.3.10. Os índices de que tratam os itens 8.3.8 e 8.3.9 serão calculados pelo Licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

8.3.11. Para efeito de comprovação deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis referentes ao exercício fiscal do ano 2014.

8.4. Carta de Credenciamento (Anexo III) ou procuração se for o caso.

8.5. Declaração de comprovação de empresa de pequeno porte ou microempresa, que será analisada de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 4º do Decreto nº 6.204/2007, se for o caso. (Anexo V)

8.6. 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante prestando ou estar prestando, a contento, serviços de mesma natureza, compatíveis com o objeto deste Edital, devendo constar o prazo do contrato e o grau de satisfação.

8.7. Declaração de que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V artigo 27 da Lei Federal 8666/93, do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº. 9.854/99 (Anexo VI).

8.8. Relação contendo os estabelecimentos de que trata o item 6.8 deste Edital, indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço, telefone.

8.9. Toda a documentação deverá conter a assinatura do Responsável pela Licitante na última folha e rubrica nas demais folhas.



8.10. A documentação que não estiver autenticada em cartório será autenticada durante a sessão, e para tanto, torna-se necessária a apresentação da documentação original.

8.11. As Licitantes que não apresentarem toda a documentação solicitada ou apresentá-la com a validade expirada serão INABILITADAS.

8.12. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por meio de fotocópia autenticada em Cartório ou serem autenticados durante a sessão, desde que apresentada a documentação original.

8.13. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9. ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇO:

9.1. Internamente o Envelope “B” – PROPOSTA DE PREÇO deverá conter proposta, nos termos do Anexo VII, devidamente digitada, carimbada e assinada, isenta de emendas, rasuras ou borrões que possam comprometer o seu entendimento sem entrelinhas.

9.1.1 Conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes nesta licitação.

9.1.2 Na formulação da proposta, a empresa Licitante deverá computar todas as despesas e custos, relacionados com o serviço a ser efetuado, quer os de materiais, os de mão-de-obra e transporte, os impostos, especialmente os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, ficando esclarecido que o CONFEF não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento dos custos não considerados nos preços cotados, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração dos encargos fiscais;

9.1.3 Não será considerada a proposta que contiver qualquer vantagem não prevista nesta TOMADA DE PREÇO, caracterizada por preço ou vantagem baseada em ofertas dos demais Licitantes, preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero, em conformidade com o § 3º do art. 44, da Lei nº 8.666/1993.

9.2. Deverá conter a assinatura do Responsável pela Licitante na última folha e rubrica nas demais folhas.

9.3. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações, retificações ou substituições da proposta ou quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes indicados anteriormente, salvo o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.

9.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Licitante, mas, impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma nas sessões públicas.

9.6. O não atendimento do solicitado nos itens acima implicará na desclassificação da Licitante.

10. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO



10.1. No dia, horário e local estabelecido nesta TOMADA DE PREÇO, na presença das Licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Comissão de Licitação do CONFEF receberá, os envelopes devidamente lacrados, "**ENVELOPE "A" - HABILITAÇÃO**" e "**ENVELOPE "B" – PROPOSTA DE PREÇO**".

10.2. A licitante se fará representar através de CARTA DE CREDENCIAMENTO ou PROCURAÇÃO, conferindo poderes expressos para intervir no procedimento licitatório.

10.3. Ficará dispensada da apresentação de Carta de Credenciamento a pessoa física que comprovar poderes legais para representá-la, bastando apresentar a prova de sua identidade.

10.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, ou anexado às mesmas, qualquer tipo de documento, que importe em modificações de seus termos originais.

10.5. No caso de divergência entre as informações contidas na documentação consideradas acessórias ou complementares à proposta e nos termos da proposta específica, prevalecerão os termos da proposta.

10.6. Após, a fase de habilitação não serão aceitos pedidos de retiradas de propostas, sujeitando-se a Licitante ao julgamento até o final do certame.

10.7. Procedida à abertura dos "ENVELOPES "A" – HABILITAÇÃO", a Comissão de Licitação submeterá a respectiva documentação a todos os representantes presentes das Licitantes para exame, que a rubricarão. Se considerar necessário, a Comissão suspenderá os trabalhos da sessão, cujo reinício será oportunamente divulgado, fixando-se o local, data e horário.

10.8. A Comissão de Licitação do CONFEF manterá em seu poder as propostas de preços das Licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente lacrados e rubricados até o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada pelas Licitantes, quando as mesmas serão devolvidas as Licitantes inabilitadas.

10.9. Ocorrendo interposição de recurso na fase de habilitação, a data de abertura dos ENVELOPES das propostas de preços somente será fixada após o julgamento do mesmo, sendo que os ENVELOPES, rubricados a fim de prevenir a sua inviolabilidade, permanecerão fechados e em poder da Comissão de Licitação do CONFEF.

10.10. Na hipótese dos recursos serem julgados improcedentes, a Comissão de Licitação divulgará o resultado da fase de habilitação, devolvendo as propostas de preços àqueles que tiverem os pleitos denegados.

10.11. Na mesma sessão da abertura dos envelopes de Habilitação, serão abertos os envelopes de Proposta de Preços, salvo os casos acima citados.

10.12. As propostas de preço ficarão em poder da Comissão de Licitação para posterior análise e julgamento, objetivando examinar o atendimento às especificações do objeto licitado.



10.13. Ao término de cada reunião, a Comissão de Licitação lavrará ATA específica, a qual deverá ser assinada pelos representantes constituídos das Licitantes, pelos Membros da Comissão e Técnicos convidados, quando for o caso.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 Será considerada vencedora a Licitante que apresentar a **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, uma vez observadas as especificações preestabelecidas na Proposta Detalhe e obedecido o disposto neste instrumento convocatório.

11.2. Serão desclassificadas as propostas, consoante o inciso I, do art. 48, da Lei nº 8.666/1993.

11.3. Também serão desclassificadas as propostas que não estiverem de pleno acordo com as condições desta TOMADA DE PREÇO, quer por omissão quer por discordância.

11.4. Após, recepção dos envelopes das Licitantes que acudirem à convocação, na presença dos Representantes destas e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Licitação do CONFEF dará início a sessão de abertura dos envelopes contendo a documentação, momento em que não mais se aceitará documentação ou proposta de outras Licitantes.

11.5. Os documentos serão conferidos com as exigências desta TOMADA DE PREÇO, rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e Representantes das Licitantes presentes e, se possível, será informado o resultado da fase de habilitação, ficando inabilitadas aquelas Licitantes que não apresentarem toda a documentação exigida.

11.6. A inabilitação da Licitante importa em exclusão de seu direito de participar das fases subsequentes da licitação.

11.7. Após, a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

11.8. Ultrapassada a fase de habilitação e aberto o envelope da proposta de preço não cabe inabilitação a qualquer Licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.9. Na hipótese de inabilitação de todas as Licitantes ou da desclassificação de todas as propostas, poder-se-á fixar às Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, corrigidas das causas de sua inabilitação ou desclassificação, conforme dispõe o § 3º, do art. 48, da Lei nº 8666/1993.

11.10. No caso de absoluta igualdade de condições verificadas entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado mediante a aplicação ao que preceitua o § 3º, do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

11.10.1. A classificação dar-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

11.11. Havendo necessidade do disposto no item 11.10 deste Edital, o sorteio será realizado no dia primeiro dia útil subsequente, às 15h, na sede do CONFEF.



11.12. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada para o sorteio, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio realizar-se-á com a presença de qualquer número de Licitantes.

12. DA ENTREGA E GARANTIA DO OBJETO

12.1 A efetivação de cargas nos cartões deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do pedido.

12.2. A efetivação das cargas será conferida pelo Departamento Administrativo do CONFEF, em prazo compatível com a natureza e quantidade do objeto.

12.3. A não entrega do objeto no prazo estabelecido, excetuando os casos elencados no parágrafo 1º, artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a Licitante, às penalidades previstas na Lei. Neste caso, é facultado ao CONFEF convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A homologação dos procedimentos como a adjudicação do objeto, caberá ao Presidente do CONFEF.

13.2. Caso o adjudicatário não compareça para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias, a Administração poderá convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação.

13.3. Transcorrido o prazo recursal e julgados os recursos eventualmente interpostos ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CONFEF para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à vencedora.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração decorrentes deste Edital e da legislação aplicável, cabem:

14.1.1. - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação das Licitantes;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei nº 8666/1993;
- f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.



Conselho Federal de Educação Física

14.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

14.1.3. Pedido de Reconsideração, de decisão da Autoridade, na hipótese do § 4º, do art. 87, da Lei nº 8666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

14.2. A intimação dos atos referidos no subitem 14.1.1, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste edital excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso III, do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

14.3. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do subitem 14.1.1 deste Edital terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

14.4. A interposição do recurso será comunicada às demais Licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

14.7. Os recursos serão dirigidos ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, através da Comissão de Licitação.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil Brasileiro, a Administração poderá impor à Licitante, adjudicatária ou contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/1993.

15.2. O descumprimento dos prazos fixados ou das especificações exigidas ensejará a aplicação ao inadimplente de multa moratória no valor de 1% (um por cento) por dia corrido, calculado sobre o valor do saldo não atendido no prazo estipulado, bem como multa compensatória até o limite máximo de 20% (vinte por cento) pelo não atendimento das obrigações assumidas.

15.3. As sanções acima previstas poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

16. DO PAGAMENTO



Conselho Federal de Educação Física

16.1. O pagamento do objeto será efetuado pelo CONFEF no prazo de até 07 (sete) dias a contar da efetivação do crédito nos cartões, contra apresentação de fatura e/ou nota fiscal, devendo esta, ser faturada pela licitante vencedora, vedado qualquer faturamento de terceiros.

16.2. A fatura e/ou nota fiscal deverá ser entregue na sede do CONFEF no mínimo 05 (cinco) dias antes do vencimento.

16.3. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido acima, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês *pro rata tempore*.

16.4. A fatura e/ou nota fiscal deverá esta de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 1.234/2012 e suas alterações.

16.5. Na hipótese de incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), deverá ser observado o disposto no Ajuste SINIEF CONFAZ nº 7/2005 em conjunto com o Protocolo ICMS nº 42, de 03 de Julho de 2009 que trata da obrigatoriedade de emissão de NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) nas operações realizadas junto a Órgãos Públicos.

16.6. Nos casos em que houver a incidência de ISS (Imposto Sobre Serviço), no que se refere a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica, deverá ser observada a legislação municipal do domicílio do prestador do serviço.

16.7. Ainda com relação ao ISS (Imposto Sobre Serviço), cabe destacar, a obrigatoriedade de retenção do aludido imposto, no momento da emissão da referida nota fiscal, nos casos em que o prestador do serviço for domiciliado fora do município do Rio de Janeiro/RJ e não possuir cadastro junto ao CEPOM (Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A presente licitação poderá ser anulada ou transferida, ou ainda, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba qualquer pagamento ou indenização aos Licitantes, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/1993.

17.2. É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

17.3. No caso da licitação não poder se realizar na data estabelecida por impedimentos imprevisíveis, a mesma será transferida para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local.

17.4. A Comissão de Licitação publicará em Diário Oficial da União o resultado do julgamento da fase de habilitação, caso o resultado da habilitação não seja informado na sessão de abertura do envelope "A".



Conselho Federal de Educação Física

17.5. Será publicado no Diário Oficial da União o resultado da licitação com a indicação do vencedor do certame.

18. OBSERVAÇÕES

18.1. Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa a presente TOMADA DE PREÇO.

18.2. A Licitante adjudicatária ficará obrigada a refazer o serviço objeto desta licitação, que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas na PROPOSTA DETALHE que integra este edital, sem que isso acarrete qualquer ônus para o CONFEF ou o releve das sanções previstas na legislação vigente.

18.3. O ato de recebimento do objeto da licitação não implica na sua aceitação definitiva e não excluirá a Licitante quanto a sua responsabilidade no que concerne à qualidade do serviço fornecido.

18.4. À Licitante adjudicatária caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes que possam vir a ser vítima quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

18.5. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos: Anexo I – Proposta Detalhe; Anexo II – Minuta de Contrato; Anexo III - Carta de Credenciamento; Anexo IV – Declaração de superveniência; Anexo V – Declaração de comprovação de empresa de pequeno porte ou microempresa; Anexo VI – Declaração de trabalho de menores e Anexo VII – Proposta de Preço.

18.6. Quaisquer pedidos de esclarecimentos, em relação a eventuais dúvidas de interpretação da presente TOMADA DE PREÇO, deverão ser encaminhadas até 03 (três) dias úteis antes da data estipulada para a entrega dos envelopes, por escrito, à Comissão de Licitação do CONFEF, localizada à Rua do Ouvidor, 121 – 7º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.040-030 ou por endereço eletrônico, qual seja: licitacao@confef.org.br.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta licitação e adjudicação dela decorrente.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2015.



Conselho Federal de Educação Física

Andrea Kudsí Rodrigues Gomes
Presidente
Comissão de Licitação do CONFEF